



# Relatório de Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014, 2013 e em 1º de Janeiro de 2013

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
<b>Circulante</b>		<b>16.097</b>	<b>13.105</b>	<b>12.819</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.837	565	374
Investimento de curto prazo	5	–	–	332
Concessionárias e permissonárias	7	1.448	1.190	849
Impostos a recuperar	8	255	261	233
Ativo financeiro da concessão	9	12.077	10.755	10.587
Outros ativos	9	480	334	444
<b>Não circulante</b>		<b>94.948</b>	<b>91.024</b>	<b>86.970</b>
Títulos e valores mobiliários	6	2.106	1.931	1.931
Concessionárias e permissonárias	7	22	–	–
Ativo financeiro da concessão	9	92.649	88.922	85.039
Depósito judicial	9	171	171	–
<b>Ativo Total</b>		<b>111.045</b>	<b>104.129</b>	<b>99.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo	Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
<b>Circulante</b>		<b>10.521</b>	<b>8.295</b>	<b>8.288</b>
Empréstimos e financiamentos	12	3.477	3.480	3.489
Fornecedores	1	1.391	1.991	3.609
Salários, férias e encargos sociais	1	51	93	132
Tributos e contribuições	10	130	128	137
Sociais a recolher	13	4.176	1.879	397
Taxas regulamentares	13	520	546	344
Outras obrigações	13	776	178	240
<b>Não circulante</b>		<b>37.904</b>	<b>41.104</b>	<b>44.335</b>
Empréstimos e financiamentos	12	34.678	38.034	41.390
Emprestimo de renda e contribuição social diferidos	11	3.226	3.070	2.945
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>62.620</b>	<b>54.730</b>	<b>47.166</b>
Capital social	13	42.686	42.172	41.303
Reservas de lucros	13	19.934	12.558	5.863
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>111.045</b>	<b>104.129</b>	<b>99.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>42.172</b>	<b>(869)</b>	<b>449</b>	<b>5.414</b>	<b>47.166</b>
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	–	407	–	(407)	–
Reservas de lucros	13	–	–	6.288	(6.288)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	–	(1.482)	(1.482)
Integralização de capital, conforme Termo de Cessão entre Alupar e Bimetal de 18/01/2013	13	–	869	–	–	869
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>42.172</b>	<b>–</b>	<b>856</b>	<b>11.702</b>	<b>54.730</b>
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	13	–	484	–	(484)	–
Reservas de lucros	13	–	–	6.892	(6.892)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	–	(2.297)	(2.297)
Aumento de Capital	13	828	–	–	–	828
Capital a Integralizar	13	–	(314)	–	–	(314)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>43.000</b>	<b>(314)</b>	<b>1.340</b>	<b>18.594</b>	<b>62.620</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2014

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ("Companhia" ou "ETEM") foi constituída em 14 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, sala F, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - SP, CEP: 04547-006 e filial localizada na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 3º andar, conjunto 1, sala 1, Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78040-365 tendo por objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

**Concessões de linhas de transmissão:** Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá; e ii) circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso, incluindo entradas de linha, interligações de barras, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita Anual permitida - RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão. Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações. A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 e 16.11.381 para o ciclo de 2014/2015, excluído as despesas com PIS/COFINS (R\$ 10.699 para o ciclo de 2013/2014). O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens da extinta da concessão, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão a valorização dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

Ativo	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>13.105</b>	–	<b>13.105</b>	<b>12.819</b>	–	<b>12.819</b>
<b>Não circulante</b>	<b>91.024</b>	–	<b>91.024</b>	<b>86.970</b>	–	<b>86.970</b>
<b>Ativo total</b>	<b>104.129</b>	–	<b>104.129</b>	<b>99.789</b>	–	<b>99.789</b>

  

Passivo	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
<b>Circulante</b>	<b>8.295</b>	–	<b>8.295</b>	<b>8.288</b>	–	<b>8.288</b>
<b>Não circulante</b>	<b>38.437</b>	<b>2.667</b>	<b>41.104</b>	<b>41.619</b>	<b>2.716</b>	<b>44.335</b>
Empréstimos e financiamentos	38.034	–	38.034	38.034	–	38.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos	403	2.667	3.070	229	2.716	2.945
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>57.397</b>	<b>(2.667)</b>	<b>54.730</b>	<b>49.882</b>	<b>(2.716)</b>	<b>47.166</b>
Capital social	42.172	–	42.172	41.303	–	41.303
Reservas de lucros	15.225	(2.667)	12.558	8.579	(2.716)	5.863
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>104.129</b>	–	<b>104.129</b>	<b>99.789</b>	–	<b>99.789</b>

b) Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013:

	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13.686</b>	–	<b>13.686</b>	<b>13.686</b>	–	<b>13.686</b>
<b>Custo operacional</b>	<b>(1.343)</b>	–	<b>(1.343)</b>	<b>(1.343)</b>	–	<b>(1.343)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>12.343</b>	–	<b>12.343</b>	<b>12.343</b>	–	<b>12.343</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(546)</b>	–	<b>(546)</b>	<b>(546)</b>	–	<b>(546)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>11.797</b>	–	<b>11.797</b>	<b>11.797</b>	–	<b>11.797</b>
Despesas financeiras	(3.335)	–	(3.335)	–	–	–
Receitas financeiras	199	–	199	–	–	–
<b>Resultado líquido</b>	<b>(3.136)</b>	–	<b>(3.136)</b>	<b>(3.136)</b>	–	<b>(3.136)</b>

**3.1. Retificação de erro:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir: Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou os ajustes retroativos nos Balancos Patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para corrigir o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos, pela utilização de uma base de cálculo subavaliada. O sumário desses ajustes e reclassificações realizados é apresentado como segue: a) Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013:

**3.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**3.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada com base na função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**3.5. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

**3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.7. Tributação:** 3.7.1 **Imposto sobre a receita:** As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.7.2 **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. 3.7.3 **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. 3.8. **Taxas regulamentares:** 3.8.1. **Reserva Global de Reversão:** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP. 3.8.2. **Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. 3.8.3. **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP. 3.9. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos. 3.10. **Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio. 3.11. **Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica:** A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia resultada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identifica as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP: 3.11.1. **Receita de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transferidos em despesas reguladas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade. 3.11.2. **Receita de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de

## Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>14</b>	<b>13.686</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custo dos serviços prestados		(1.463)	(1.252)
Custo de infraestrutura		(683)	(91)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(2.146)</b>	<b>(1.343)</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>13.491</b>	<b>12.343</b>
Administrativas e gerais		(282)	(303)
Pessoal		(117)	(62)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17	(109)	(181)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(508)</b>	<b>(546)</b>
<b>Despesas financeiras</b>		<b>12.983</b>	<b>11.797</b>
Despesas financeiras	15	(3.001)	(3.335)
Receitas financeiras	15	268	199
<b>Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição Social</b>		<b>(2.733)</b>	<b>(3.136)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(421)	(359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(156)	(125)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.673</b>	<b>8.177</b>
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$</b>		<b>0,22797</b>	<b>0,19390</b>
<b>Quantidade de ações do capital - Iotes de mil</b>		<b>43.000</b>	<b>42.172</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.673</b>	<b>8.177</b>
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>9.673</b>	<b>8.177</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.11.3. **Receita de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. 3.11.4. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.12. **Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 4. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC

**4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Caixa e equivalente de caixa:</b>		
Numerário disponível	1.837	565
	1.837	565

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 75,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 não haviam investimentos aplicados em certificados de depósitos bancários.

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 2.106 (R\$ 1.931 em 2013), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 98,93% do CDI em 31 de dezembro de 2014 e 99,76% em 31 de dezembro de 2013.

### 7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Encargos de uso da transmissão faturados	Saldos vencidos					há mais de 361 dias	Total
	Saldos vencidos	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 360 dias		
2014	1.379	19	7	43	22	1.470	
2013	1.010	13	9	15	143	1.190	

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2014, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

### 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	40	46
Imposto de Renda - IRPJ	206	206
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7	

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

**18.3. Hierarquia do valor justo:** Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de

categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro. **18.4. Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** 18.4.1. **Risco de crédito:** a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita à regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica. 18.4.2. **Risco de liquidez:**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez. 18.4.3. **Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos. 18.4.4. **Risco de taxas de juros:** A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI e TJLP. 18.4.5. **Risco de preço:** As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas à revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no

ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

## 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, previdência privada, vale-transporte e vales refeições.

## A Diretoria

**Contadora:** Lucilene Silva - CRC: 1SP289421/O-1

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso - ETEM**  
São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião

sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações

contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erro para correção do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos descritos na nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 17 de fevereiro de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar as informações

correspondentes de 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**  
Contador CRC 1SP141128/O-2